**TRIBUNAL DE CONTAS**
**ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
**AUDITORIA**

| | | |
|---|---|---|
| **PARECER** | : | **PAR-AUDITORIA-10326/2013** |
| **PROCESSO TC/MS** | : | **TC/03962/2012** |
| **PROTOCOLO** | : | **1283670** |
| **ÓRGÃO** | : | **FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ARAL MOREIRA - MS** |
| **RESPONSÁVEL** | : | **EDSON LUIZ DE DAVID** |
| **CARGO DO RESPONSÁVEL** | : | **PREFEITO MUNICIPAL** |
| **ASSUNTO DO PROCESSO** | : | **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DE 2011** |
| **RELATOR** | : | **RONALDO CHADID** |

## I – PREÂMBULO

**1 –** O processo em questão autuado neste Tribunal de Contas – **e.TCE** sob o nº TC/03962/2012, trata da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ARAL MOREIRA – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2011**, de responsabilidade do Prefeito Municipal, **EDSON LUIZ DE DAVID**, remetida a este Tribunal para julgamento de conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, cuja formatação processual se deu na forma da Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011, que aprovou o Manual de Remessa de Informações, alterado pela Instrução Normativa nº 36, de 06 de junho de 2012.

**2 –** O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o **art. 1º** da

TC/MS
FLS. _____
RUB _____

**Portaria TC/MS nº 2/2012** c/c o **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160/2012.

**3 –** Examinados os autos do processo se constata que a digna Inspetoria de Controle Externo constatou **IRREGULARIDADES** na fase inicial de instrução processual, as quais foram notificadas ao Prefeito Municipal visando o cumprimento do princípio do contraditório e ampla defesa que dispõe o **inciso LV** do **art. 5º** da Constituição Federal de 1988, sendo que o mesmo **"deixou o prazo transcorrer em branco"** sem apresentar justificativas e documentos capaz de sanar as irregularidades diligenciadas, motivo pela qual foi decretada a sua revelia, conforme Decreto de Revelia acostado à peça nº 38.

**4 –** Posto isto, a digna Inspetoria de Controle Externo exarou a Análise Conclusiva ANC-5ICE-8322/2013 acostada à peça nº 39, oportunidade em que ratificou as irregularidades diligenciadas por meio da Análise Processual ANP-5ICE-5528/2012 acostada à peça nº 27 transcritas, a seguir:

> ***"VII – DO RELATÓRIO***
>
> *Os presentes autos já foram objeto de análise nesta Inspetoria, cuja Análise Processual nº 5528/2012 se encontra anexada à peça 27. Na oportunidade,*

*sugeriu-se a intimação do Ordenador de Despesas para que procedesse à correção das falhas detectadas e encaminhasse novos documentos, a fim de complementar a instrução do feito.*

*1-Balanço Orçamentário, conforme anexo 12 da Lei nº 4.320/64;*

*2-Documento comprobatório da publicação dos balanços, tendo em vista que peça encaminhada refere-se à outras publicações;*

*3-Esclarecimentos quanto ao registro contábil "Ativo Realizável" no Anexo 14 – Balanço Patrimonial/2011;*

*4-Inventário Analítico dos Bens Móveis, juntamente com o Decreto de nomeação da Comissão Inventariante.*

*E esclarecimentos quanto:*
*. a "denominação correta do Fundo" visto que a Lei Orçamentária nº 711/2010, de 27/12/2010, a dotação foi para o Fundo Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básica e*

*de Valorização do Magistério – FUNDEB do município de Aral Moreira/MS. No entanto, as peças contábeis encaminhadas, quando da autuação destas contas, o nome do Fundo consta como Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica;*

*. ao demonstrativo da Dívida Flutuante –Anexo 17 (peça 11), tendo em vista constar saldo do exercício anterior que passaram para o exercício seguinte às contas: Empréstimos Consignados (R$ 534,87), Retenção INSS –Folha de Pagamento (R$88.553,03), Retenção INSS Pessoa Física (R$ 18.690,64), Retenção INSS Pessoa Jurídica (R$ 40,03), até porque esse saldo proveniente de depósito em consignações registrado nesse Anexo representam compromissos de curto prazo, ou seja, inferior a 12 (doze) meses.*

*Devidamente intimada a responsável não se manifestou nos autos no prazo regimental, consoante Certidão à peça 38.*

*Vê-se, portanto, a desídia do responsável em atender ao chamamento desta Corte de Contas.*

*Posto isso, constatamos que nestas contas de gestão permanecem as seguintes irregularidades: ausências de publicação dos Demonstrativos Contábeis, bem como do inventário dos bens móveis, juntamente com a comissão inventariante."*

**5 –** Em face do exposto, a predita Inspetoria de Controle Externo, em conclusão se manifestou derradeiramente acerca destas Contas Anuais de Gestão na forma transcrita, a seguir:

*"...entendemos que a presente Prestação de Contas Anual de Gestão Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB do Município de Aral Moreira/MS, referente ao exercício financeiro de 2011, embora tenha observado a Lei Federal nº 11.494/2007 e mesmo que os resultados finais tenham sido apresentados adequadamente nos anexos, de acordo com os Arts. 101 a 106, da Lei Federal nº 4.320/64, entretanto, deixou-se de observar o disposto no art. 37, da CF/88, Art. 48, da Lei Complementar nº 101/2000, Art. 96, da Lei Federal nº 4320/64 e de*

*encaminhar peças obrigatórias da instrução processual, contrariando determinação contida na Instrução Normativa nº 35/2011,emanada desta egrégia Corte de Contas."*

**É o relatório.**

## II – EXAME DE AUDITORIA

**6 –** Antes de adentrar no mérito do exame da avaliação destas Contas Anuais de Gestão é necessário considerar neste Parecer, as **IRREGULARIDADES** trazidas à baila pela emérita Inspetoria de Controle Externo transcritas no **item 4** do **PREÂMBULO** deste Parecer, as quais esta Auditoria as **ratifica**, no todo, em função da **revelia** do Ordenador de Despesa.

**7 –** Dando prosseguimento ao exame desta Prestação de Contas Anuais de Gestão em pauta, na forma da vigente ordem constitucional e legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública oportunidade que constatou na sua avaliação o seguinte:

### 7.1 – CALENDÁRIO DAS OBRIGAÇÕES

**7.1.1 –** A Prestação de Contas Anuais de Gestão foi

remetida **TEMPESTIVAMENTE** a este Tribunal, conforme se constata na peça nº 2 (Recibo de Protocolo Definitivo), atendendo o disposto na **letra "A"** do **subitem 2.3** do **item 2**, da **seção II**, do **Anexo I** da Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011, alterada pela Instrução Normativa nº 36, de 06 de junho de 2012.

## 7.2 – INSTRUÇÃO PROCESSUAL

**7.2.1 –** De acordo com os autos do processo a Prestação de Contas Anuais de Gestão **não** está instruída das peças exigidas na **letra "B"** do **subitem 3.3** da **seção II** do **Anexo I** da Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011, em virtude da não remessa da peça exigida no **item 25 – Inventário Analítico de Bens Móveis e Imóveis (papel ou mídia)**. Além disso, deixou de apresentar a peça da publicação dos balanços exigidos pela digna Inspetoria de Controle Externo com base no **Parágrafo único** do **art. 1º** da citada Instrução Normativa, incorrendo em uma infração prevista no **inciso IV** do **art. 42** da LCE nº 160/2012.

## 7.3 – CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

**7.3.1 –** De acordo com a Análise Conclusiva ANC-5ICE-8322/2013 acostada na peça nº 36, a Lei Municipal nº 711/2010 - LOA autorizou para o Fundo créditos orçamentários na ordem

de R$ 2.761.000,00.

**7.3.2 –** No exercício foram abertos créditos adicionais alterando o Orçamento do Fundo para R$ 3.014.200,00, conforme visto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado da peça nº 17 e, suas alterações se deram de acordo com as autorizações dos Decretos emitidos pelo Prefeito Municipal acostados à peça nº 24, bem como suas respectivas fontes de recursos guardam conformidade com os **incisos I** a **III** do **§ 1º** do **art. 43** da Lei Federal nº 4.320/1964.

## 7.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

**7.4.1 –** De acordo com o Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada acostado na peça nº 16 foi previsto para o Fundo receita própria na ordem de R$ 2.761.000,00 e arrecadado R$ 3.058.264,54, cuja previsão e realização deram-se de forma classificatória com o disposto na Lei Federal nº 4.320/1964, bem como com a Portaria Interministerial nº 163/2001 do MF e MPOG.

## 7.5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

**7.5.1 –** Do total da despesa autorizada no montante de R$ 3.014.200,00 o Fundo executou empenhos de despesas na

ordem de R$ 2.947.142,27, que pelo visto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado na peça nº 17 sua fixação e realização deram-se de conformidade a Lei Federal nº 4.320/1964, bem como com a Portaria nº 42/1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163/2001 do MF e MPOG.

## 7.6 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

**7.6.1 –** O Anexo 13 Balanço Financeiro acostado na peça nº 8 revela que o Fundo **não** recebeu Transferências Financeiras do Tesouro Municipal e as disponibilidades das receitas orçamentárias diretamente arrecadadas foram movimentadas e depositadas em instituições financeiras oficiais, conforme visto nos Extratos Bancários acostados na peça nº 3, atendendo o disposto no **§ 3º** do **art. 164** da Constituição Federal de 1988.

## 7.7 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Conforme revela o Anexo 14 - Balanço Patrimonial acostado na peça nº 9, as contas do Fundo apresentam **Superavit** de R$ 116.268,11, apurado pela diferença entre a disponibilidade financeira e o Passivo Financeiro, atendendo o disposto no **§ 1°** do **art. 1º** da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF, sendo que no exercício foi apurado **Superavit** na ordem de R$ 111.122,27.

**7.7.2 –** Conforme disposto no ***caput*** do **art. 48** da LCF nº 101/2000 – LRF, a transparência e a publicidade da Prestação de Contas Anuais de Gestão **não** foram asseguradas mediante as publicações dos Balanços exigidos, conforme apurado pela digna Inspetoria de Controle Externo, cujo fato consta transcrito no **item 4** do **PREÂMBULO** deste Parecer, incorrendo desta forma em uma infração prevista no **inciso V** do **art. 42** da LCE nº 160/2012.

## 7.8 – OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS

**7.8.1 – Cumprimento** do **inciso XII** do **art. 60** do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por ter destinado dos recursos recebidos no exercício do FUNDEB, inclusive rendimento da aplicação financeira, o percentual mínimo de 60% (sessenta por cento) para o pagamento dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício, determinado no citado mandamental constitucional, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

**TABELA 1 – LIMITE CONSTITUCIONAL PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM EFETIVO EXERCÍCIO**

| ESPECIFICAÇÃO | R$ | % |
|---|---|---|
| Recursos Recebidos à Conta do FUNDEB | 3.068.149,83 | 100,00 |
| Margem Legal | 1.840.889,90 | 60,00 |
| **Pagamento dos Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício** | 2.374.456,50 | **77,39** |
| Resultado do Exame | Regular | |

Fonte: Balanço Financeiro e Quadro de Detalhamento da Despesa acostados às peças 6 e 11.

## 7.9 – OBRIGAÇÕES LEGAIS - LEI FEDERAL 11.494/2007

**7.9.1 – Cumprimento** do **§ 1º** do **art. 21** e do **inciso I** do **art. 23**, por ter aplicado os recursos do FUNDEB nas modalidades prioritárias no âmbito do Município, isto é, **ENSINO FUNDAMENTAL** e **EDUCAÇÃO INFANTIL**, e por não financiar despesas não consideradas como de **MANUTENÇÃO** e **DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA**, conforme visto no Anexo 6 – Programa de Trabalho acostado à peça nº 14;

**7.9.2 – Cumprimento** do **§ 2º** do **art. 21**, por ter deixado até 5% (cinco por cento) dos recursos recebidos à conta do FUNDEB, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do **§ 1º** do **art. 6º** desta Lei, os quais poderão ser utilizados no 1º (primeiro) trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

**TABELA 2 – SALDO BANCÁRIO ATÉ 5% DOS RECURSOS RECEBIDOS A CONTA DO FUNDEB**

| ESPECIFICAÇÃO | R$ | % |
|---|---|---|
| 1- Recursos Recebidos à Conta do FUNDEB, Inclusive Aplicação Financeira | 3.068.149,83 | 100,00 |
| 2- Margem Legal | 153.407,49 | 5,00 |
| 3- Saldo Bancário do Exercício | 224.086,68 | 100,00 |
| 4- Menos Obrigações Passivas | 0,00 | 100,00 |
| 5- Menos Saldo Disponibilidade Financeira do Exercício Anterior | 177.454,20 | 100,00 |
| **6 - Até 5% dos Recursos Recebidos a Conta do FUNDEB = (3 – 4 – 5 : 1)** | **46.632,48** | **1,52** |
| Resultado do Exame | Regular | |

Fonte: Anexo13 - Balanço Financeiro e Patrimonial acostados às peça nº 8 e 7.

**7.9.3 – Cumprimento** do **inciso II** do **art. 23,** por não constar operações de crédito, internas ou externas, contraídas pelo FUNDEB para o financiamento de projetos, ações ou programas considerados como ação de manutenção e desenvolvimento do ensino para a educação básica, conforme visto no Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostado à peça nº 10;

**7.9.4 – Cumprimento** do **caput** do **art. 24,** por apresentar a legislação específica de criação do Conselho do FUNDEB, visando o acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transparência e a aplicação dos recursos do FUNDEB, conforme visto à peça nº 4;

**7.9.5 – Cumprimento** do **Parágrafo único** do **art. 27**, por constar o parecer conclusivo pela aprovação por parte do Conselho Responsável acerca da aplicação dos recursos do FUNDEB demonstrados nesta Prestação de Contas Anuais à peça acostada nº 4.

**7.10 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**7.10.1 –** O Anexo 12 - Balanço Orçamentário acostado à peça nº 7, o Anexo 13 - Balanço Financeiro acostado à peça nº 8; o Anexo 14 - Balanço Patrimonial acostado à peça nº 9 e o

Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostada à peça 10 estão elaborados de acordo com os **arts. 102** a **105** da Lei Federal nº 4.320/1964, **todavia**, os registros constantes do Balanço Patrimonial são inconsistentes pelas razões transcritas nos **subitens 4** do **item 4** do **PREÂMBULO** deste Parecer, infringindo o **105** da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, incorrendo desta forma em irregularidades previstas nos **incisos III, IV** e **VIII** e no do **Caput** do **art. 42** da LCE nº 160/2012.

**8 – AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE**, esta será obtida mediante o controle externo por meio de processos próprios regimentais, conforme dispõe o **art. 21** do Provimento da Corregedoria TCEMS nº 01/1999 e pelo Sistema de Controle Interno, na forma que dispõe o ***caput*** do **art. 31** da Constituição Federal de 1988.

**É o exame**.

## III – CONCLUSÃO

**9 –** Diante do exposto neste **Parecer** e considerando tudo que consta do processo ficou constatado que o Gestor executou sua gestão pública representada nesta Prestação de Contas Anuais de Gestão em **desacordo** com a vigente ordem legal, conforme visto no transcrito **subitem 4** do **item 4** do

**PREÂMBULO** deste Parecer e nos **subitens 7.2.1**, **7.7.2** e **7.10.1** do **item 7** da **Parte II EXAME DE AUDITORIA** deste Parecer, razões pelas quais esta Auditoria **opina:**

**9.1 –** Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso III** do **art. 59** ambos da LCE nº 160/2012, julgue e considere **IRREGULARES** a **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMETO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DE ARAL MOREIRA – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2011**, de responsabilidade do Prefeito Municipal, **EDSON LUIZ DE DAVID.**

**10 –** O Parecer ora exarado foi fundamentado no exame de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, assim, portanto, ressalvadas quaisquer impropriedades e irregularidades porventura encontradas por meio de processos próprios regimentais.

**É o parecer.**

Campo Grande, 20 de agosto de 2013.

**JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO**

**AUDITOR TCE/MS**

magl